UPDATE

MULHERES emplaides DIALOGO

futuro cons roca olhar har diálogi nversa con har comum

TRANSFORMAR IMAGINAÇÃO EM AÇÃO



FICHA TÉCNICA 5

APRESENTAÇÃO 6

SOBRE O MULHERES EM DIÁLOGO 8

Metodologia **10** Perfil da amostra **11**

[1] O OUE UNE AS MULHERES? 15

Andar sem medo: segurança pública e violência 18
Proteção não é privilégio: por um Brasil sem violência contra mulheres 18
Igualdade Salarial: um direito, não um luxo 19
Licença remunerada para sintomas graves da menstruação 20
Isenção de impostos em produtos de higiene feminina é um passo essencial 21
Participação de mulheres na política: vozes que precisam ser ouvidas 21
Importante saber: como elas se informam sobre Política 23

121 CONVERSAS DIFÍCEIS: OS PRÓXIMOS PASSOS DO DIÁLOGO 25

Oportunidades para o diálogo sobre a descriminalização do aborto **26** Construindo pontes para entender a realidade das mulheres trans **26** Um diálogo que pede respeito: religião e política **27**

131 O UNIVERSO DE PREOCUPAÇÕES DAS MULHERES BRASILEIRAS 29

O que preocupa as mulheres brasileiras hoje? 29
Segurança pública 31
Saúde 31
Fome e miséria 32
OUTROS TEMAS
Corrupção em foco 33
Alerta contra Fake News 33
Conservadorismo e o diálogo necessário 33
Políticas públicas precisam ouvir todas as mulheres 34

Diversidade que fortalece 34

141 UM OLHAR APROFUNDADO SOBRE AS PAUTAS DA ATUALIDADE 37

Representatividade feminina: como ampliar o alcance da mensagem **38**Maternidade: entre escolhas, desafios e expectativas **39**Aborto: sensibilização, prevenção e desafios do diálogo **41**"Nós podemos": o que significa, na prática, empoderar as mulheres? **43**Direitos das mulheres: avanços importantes, desafios urgentes **44**Entre desconfortos e diálogo: mulheres, banheiros femininos e direitos

LGBTQIA: **45**

Família e diversidade: diálogo a partir do afeto e do cuidado 47 Equilibrando divergências: diálogo para a despolarização 48

O QUE APRENDEMOS COM A PESQUISA MULHERES EM DIÁLOGO 51

CONSIDERAÇÕES FINAIS 55

ficha técnica

IDEALIZAÇÃO Beatriz Della Costa e Carolina Althaller
DIREÇÃO DO PROJETO Carolina Althaller
COORDENAÇÃO DO PROJETO Marilia Nascimento
GERÊNCIA DE COMUNICAÇÃO DANY Fioravanti
PROJETO GRÁFICO E DIREÇÃO DE ARTE Audrey Tigre
REDAÇÃO Kauana Portugal
EDIÇÃO Carol Pires
REVISÃO Carolina Althaller e Dany Fioravanti
PESQUISA FASE 1 Camila Rocha e Esther Solano
PESQUISA FASE 2 Lilian Sendretti
PARCERIA DE PESQUISA QUANTITATIVA Instituto de Pesquisa IDEIA
ORGANIZAÇÕES PARCEIRAS Quid, Instituto Lamparina

INSTITUTO UPDATE Carolina Althaller, Dany Fioravanti, Ilka Guedes, Ingrid Farias, Marie Linhares, Marília Nascimento, Suane Barreirinhas e Tania Ramírez.



apre sentação

A IMAGINAÇÃO É UMA FERRAMENTA POLÍTICA PODEROSA

O processo começa com o exercício de **imaginar um futuro em que nós, mulheres, nos sentimos todas seguras, respeitadas e apoiadas.** Mas quando essa imaginação se transforma em ação, criamos uma força política transformadora.

Foi isso que aconteceu na Assembleia Constituinte de 1988. O ambiente era quase todo masculino. Dos 559 deputados e senadores eleitos para reescrever a Constituição, apenas 26 eram mulheres. Sendo minoria, elas entenderam muito rápido que seria preciso unir forças pelos direitos das mulheres. Assim nasceu o movimento conhecido como **Lobby do Batom**. Deixando de lado suas diferenças em relação a outros temas, as constituintes conseguiram aprovar 80% de suas propostas na nova Constituição Federal, como o direito ao divórcio e à licença maternidade de 120 dias.

No início dos anos 2000, mulheres de diferentes partidos se uniram novamente em torno de uma causa comum. Inspiradas pela trágica história de Maria da Penha Maia Fernandes — uma cearense que sobreviveu a duas tentativas de feminicídio pelo próprio marido —, elas trabalharam para criar uma legislação que criminalizasse todas as formas de violência contra a mulher: física, psicológica, patrimonial e moral. O resultado desse esforço foi a aprovação da **Lei Maria da Penha**, em 2006. A nova legislação trouxe medidas protetivas de urgência, como a proibição de aproximação do agressor, além de penas mais severas para os culpados. Mais do que um avanço jurídico, a lei transformou a conscientização sobre a violência de gênero no Brasil.

Neste relatório, convidamos você a conhecer **exemplos de consensos entre mulheres do campo democrático** — progressistas, moderadas ou conservadoras — que marcam a luta pelos direitos das mulheres no Brasil.

Nós, do **Mulheres em Diálogo**, acreditamos na força da união feminina para transformar a sociedade. Além das diferenças políticas, religiosas, regionais ou culturais, buscamos **construir uma agenda democrática comum**, onde todas as mulheres possam sonhar e viver plenamente. **O futuro não precisa ser um sonho distante — ele pode começar agora**.

Qer

sobre o mulheres GM diálogo

O projeto Mulheres em Diálogo nasce da convicção de que, apesar das diferenças ideológicas, há um desejo real de conversa e colaboração entre as mulheres.

Essa percepção ganhou força em 2022, quando o Instituto Update, em parceria com o Instituto de Pesquisa IDEIA, realizou a pesquisa Conservadorismo, Gênero e Feminismo. O estudo revelou um cenário dividido: 29% das mulheres entrevistadas se identificam como feministas, 34% rejeitam o rótulo. Entre os dois polos há uma maioria que não sabe como se posicionar e, portanto, está em disputa.

Então, como engajá-las no apoio de uma agenda de projetos para melhorar a vida das mulheres?

A partir dessa reflexão, surgiu uma questão estratégica: quais pautas seriam apoiadas em comum pela maioria das mulheres, independentemente de sua orientação política?

Para responder a essa questão, as pesquisadoras Esther Solano, Camila Rocha e Lilian Sendretti, com o apoio do Instituto Update, mergulharam em pesquisas qualitativas e quantitativas no Brasil e na América Latina. O objetivo era identificar pautas que pudessem unir mulheres de diferentes espectros políticos.

O resultado do Mulheres em Diálogo é a criação de um roteiro de convergências e divergências que nos ajuda a imaginar caminhos para alianças que garantam avanços concretos para todas nós.

Embora existam diferenças profundas em alguns pontos da agenda pelos direitos das mulheres, nosso levantamento mostrou que há muitos assuntos capazes de estimular um diálogo produtivo entre progressistas, moderadas e conservadoras dentro do campo democrático.

Temas como violência, assédio, desigualdade salarial e sobrecarga das tarefas domésticas atingem mulheres de todas as visões ideológicas, gerando amplo consenso, mesmo entre quem discorda em outros temas, como o papel do governo na economia ou sobre questões religiosas e culturais. Identificar esses pontos em comum é essencial para fortalecer a luta pelos direitos das mulheres.

Nos pontos em que as discordâncias são maiores, um grande desafio é compreender os motivos por trás da resistência ao diálogo, frequentemente relacionados a valores familiares ou religiosos muito enraizados. Em vez de ignorar essas crenças ou usá-las para invalidar opiniões contrárias, é essencial reconhecê-las como parte importante da conversa.

A seguir, você vai entender ponto a ponto das nossas descobertas que podem fazer nossas diferencas e diversidades serem a nossa maior forca.

METODOLOGIA

A metodologia do projeto Mulheres em Diálogo foi estruturada em duas etapas. A primeira, de caráter qualitativo, foi realizada no segundo semestre de 2023. E a segunda, de abordagem quantitativa, foi realizada entre os dias 6 e 16 de dezembro de 2024.

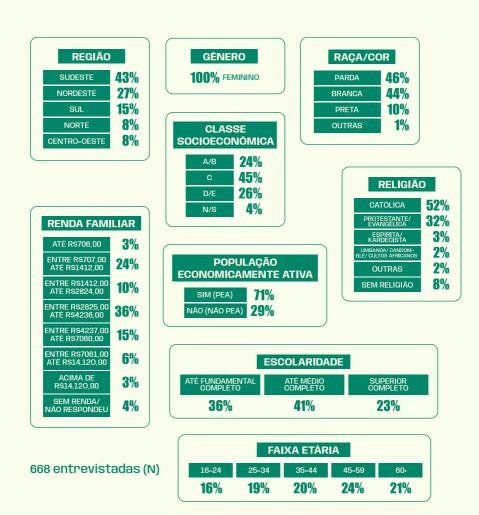
Na fase do levantamento estatístico, conduzido pelo Instituto Update e realizado pelo Instituto de Pesquisa IDEIA, as entrevistas telefônicas foram aplicadas por pesquisadoras treinadas, assistidas por computador (CATI). Ao todo, foram feitas entrevistas com 668 mulheres de 16 anos ou mais, residentes em todas as regiões do Brasil. O objetivo dessa etapa quantitativa foi captar as percepções das mulheres brasileiras sobre temas políticos, morais e sociais, com foco em uma perspectiva de gênero. Além disso, as variáveis sociodemográficas e a orientação política e ideológica das entrevistadas foram consideradas para entender como esses fatores influenciam suas opiniões sobre a agenda de gênero.

Todos os questionários passaram por um processo rigoroso de checagem, que incluiu uma auditoria de aproximadamente 30% das respostas, para assegurar a qualidade e a precisão da pesquisa.

Além disso, o desenho da amostra foi feito de acordo com critérios de proporcionalidade, considerando o sexo (feminino) e as faixas etárias (16-24, 25-34, 35-44, 45-59 e 60 anos ou mais). Esses critérios de amostragem foram definidos com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicilios (PNAD Continua) de 2024 e do Censo de 2022, ambos realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), garantindo que a amostra representasse adequadamente a diversidade da população feminina brasileira e fosse uma fotografia do momento em que a pesquisa foi realizada.

A margem de erro máxima prevista para os resultados foi de 4 pontos percentuais, com um nível de confiança de 95%.

PERFIL DA AMOSTRA



A orientação política das entrevistadas reflete a **polarização do país**, com divisões marcantes entre grupos de ideias diferentes. A maioria apontou intenção de voto em Lula ou Bolsonaro, e suas ideologias variaram entre **direita**, **centro-direita**, **centro-esquerda** e **esquerda**.

Porém, observou-se também que muitas mulheres não se identificam com essa divisão rígida entre esquerda e direita. Algumas relataram estar desiludidas com o cenário político atual e mostraram interesse em novas formas de participação e liderança, o que revela um campo eleitoral ainda em disputa e cheio de potencial.

"PENSANDO EM ORIENTAÇÃO POLÍTICA, COMO VOCÊ CLASSIFICARIA A SUA POSIÇÃO POLÍTICA ATUAL?"



Pergunta estimulada - Resposta única N = 668

"EM QUEM VOCÊ VOTOU PARA PRESIDENTE DA REPÚBLICA NO SEGUNDO TURNO DAS ELEIÇÕES DE 2022?"



Pergunta estimulada - Resposta única N = 668

No caso da pesquisa qualitativa, 15 mulheres conservadoras e 15 mulheres progressistas foram divididas em minigrupos focais de três pesso-as (tríades), em que as participantes já se conheciam entre si, o que contribuiu positivamente para a dinâmica das discussões.

Para compreender as justificativas que fundamentam as opiniões políticas das participantes, as entrevistadas assistiram vídeos sobre temas considerados polêmicos, como aborto e uso de banheiros femininos por mulheres transgêneras.

O objetivo dessa dinâmica era responder questões centrais para o projeto, tais como:

- Quais são os principais pontos de divergência e concordância entre essas mulheres?
- → Quais políticas públicas são consensuais e prioritárias?
- Como abordar de forma eficaz temas sensíveis, como aborto e transgeneridade?
- Quais terminologias são mais apropriadas para discutir os direitos das mulheres?
- Quais são as barreiras de comunicação e aceitação entre interlocutoras de espectros ideológicos opostos?

As participantes dos minigrupos focais são de todas as regiões do país, com variadas idades, escolaridade, raças e rendas, conforme o detalhamento a seguir:

PERFIL DAS ENTREVISTADAS	ELEITORAS CONSERVADORAS	ELEITORAS PROGRESSISTAS	
CIDADE/UF	Manaus (AM), Cuiabá (MT), Curitiba (PR), São Paulo (SP) e São Luis (MA)	Brasilia (DF), Goiània (GO), Gravatai (SC), Manaus (AM), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA), Recife (PE) e Porto Alegre (RS)	
FAIXA ETÁRIA	Entre 33 e 50 anos	Entre 23 e 45 anos	
COR/RAÇA	6 brancas, 9 pardas ou negras	6 brancas, 9 pardas ou negras	
ESCOLARIDADE	9 com ensino superior (completo ou incompleto), 5 com ensino medio completo, 1 com ensino fundamental incompleto	9 com ensino superior completo, 6 com ensino médio completo, 1 com ensino fundamental completo	
RENDA	6 pertencem às classes AB, as demais à classe C	6 pertencem às classes AB, as demais à classe C	
MATERNIDADE	todas são mães	9 são mães e 6 não têm filhos/as	
PROFISSÕES	Do lar, secretária, assistente financeira, arquiteta, diarista, vendedora de artesanato, professora, recepcionista, enfermeira, assistente de RH, gerente administrativa	Analista de RH, vendedoras (roupas, semi-joias, planos de saude, assistente social, assistente de atendimento, estudante, tradutora, cuidadora de idosos e contadora	



Oque une as mulheresf

CONSENSOS EM PAUTAS PRIORITÁRIAS

Os dados da **pesquisa quantitativa** realizada por entrevista telefônica mostram que as mulheres brasileiras estão divididas sobre o feminismo: algumas se consideram feministas, outras rejeitam o termo, e uma parte considerável prefere não opinar ou não sabe.

"VOCÊ SABE O QUE É FEMINISMO?"



Pergunta estimulada - Resposta única N = 668

"VOCÊ SE CONSIDERA FEMINISTA?"



Pergunta estimulada - Resposta única N = 668

A relação das mulheres com o feminismo é complexa, cheia de nuances e diferenças. Enquanto muitas jovens com maior escolaridade sentem uma conexão forte com o movimento, há também aquelas que, principalmente mais velhas ou alinhadas a valores conservadores, rejeitam a ideia de feminismo. Para essas mulheres, o termo às vezes parece entrar em conflito com valores tradicionais.

Mas tem algo que conecta todas nós. De um lado ou de outro do espectro, temas como o combate à violência de gênero e a busca por equidade no mercado de trabalho e na política têm o poder de unir forças. Até mesmo mulheres que não se identificam como feministas reconhecem a importância dessas pautas e apoiam iniciativas que melhorem a vida das mulheres.

E por que tanta resistência ao termo "feminismo"? Isso pode estar ligado a associações com movimentos políticos específicos ou até à falta de entendimento sobre o que ele realmente significa. Essa rejeição ao rótulo, porém, não anula as possibilidades de encontrar solidariedade em causas de interesse comum.

No fim, é justamente aí que está a oportunidade. É possível fortalecer políticas públicas pró-mulheres ao criar pautas inclusivas e estratégicas, que conversem com essas diferentes perspectivas. A chave está na empatia e na abordagem acessível. Porque, unidas, podemos alcançar mudanças reais e significativas.

As respostas das participantes indicam consensos no **combate** à violência contra as mulheres, a igualdade salarial e a ampliação da participação feminina na política.





"AGORA, EU VOU CITAR ALGUMAS FRASES E GOSTARIA QUE VOCÊ ME DISSESSE O SEU GRAU DE CONCORDÂNCIA COM CADA UMA DELAS, OU SEJA, SE VOCÊ CONCORDA TOTALMENTE, CONCORDA EM PARTE, NEM CONCORDA E NEM DISCORDA, **DISCORDA EM PARTE OU DISCORDA TOTALMENTE**" CONCORDA TOTALMENTE CONCORDA EM PARTE NEM CONCORDA E NEM DISCORDA DISCORDA EM PARTE DISCORDA TOTALMENTE AS MULHERES DEVEM RECEBER OS MESMOS SALÁRIOS QUE OS HOMENS, QUANDO OCUPAM O MESMO CARGOOU EXERCEM A MESMA FUNÇÃO 87% 7% 2%2%2% SOU FAVORÁVEL A ISENÇÃO DE IMPOSTOS PARA PRODUTOS DE HIGIENE FEMININA, COMO ABSORVENTES E COLETORES MENSTRUAIS 79% 12% 2%1% É PRECISO TER MAIS MULHERES NA POLÍTICA BRASILEIRA **72%** 13% MULHERES QUE COMPROVAM SINTOMAS GRAVES ASSOCIADOS AO PERÍODO DE MENSTRUAÇÃO DEVEM TER-DIREITO A LINCENÇA REMUNERADA 44% 16% 22% 7% 11% AS MULHERES TRANSGÊNERO TÊM O DIREITO DE UTILIZAR O BANHEIRO FEMININO

24%

5%

13%

25%

Estimulada - Resposta única N = 668

33%

ANDAR SEM MEDO: SEGURANÇA PÚBLICA E VIOLÊNCIA

A segurança pública e a violência são questões que se destacam como principais preocupações para a maioria das mulheres entrevistadas.



77% das mulheres consideram a segurança pública e aviolência o problema mais importante do Brasil.

Essa percepção é especialmente marcante entre mulheres de direita e centro-direita, com **88,5**%. Além de ser muito presente entre as mulheres da classe C, com **85,1**%.

Apesar dessas diferenças, o tema surge como um ponto de convergência, mostrando um potencial significativo para unir mulheres em torno de uma agenda comum e urgente.

PROTEÇÃO NÃO É PRIVILÉGIO: POR UM BRASIL SEM VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES

O combate à violência de gênero é uma preocupação que une mulheres com diferentes visões de mundo.

Independentemente de se identificarem ou não como feministas, quando o assunto é o combate a violência contra as mulheres elas estão de acordo. Ainda assim, as estratégias para enfrentar essa questão são marcadas por diferenças ideológicas.



49% concordam com a ideia de que a violência contra mulheres e meninas pode ser prevenida se a proteção for centrada nas vítimas.

Enquanto as mulheres de direita tendem a preferir abordagens repressivas, como medidas mais punitivas, aquelas de esquerda e centro-esquerda defendem iniciativas preventivas, focadas em mudanças estruturais e educativas.



40% das mulheres veem as medidas protetivas como insuficientes.

Observa-se um consenso significativo entre mulheres jovens, de classes D/E, pardas, principalmente de esquerda e das regiões Centro-Oeste e Nordeste.

Essas diferenças refletem visões distintas sobre segurança pública e o papel do Estado na proteção das mulheres. Apesar dessas divergências, há um ponto de convergência importante: todas concordam sobre a relevância de proteger as vítimas de violência.

IGUALDADE SALARIAL: UM DIREITO. NÃO UM LUXO

"Trabalho igual, pagamento igual" – essa ideia não deveria nem ser uma questão, certo?



94% das mulheres concordam que homens e mulheres devem receber os mesmos salários para cargos equivalentes.

87% das mulheres entrevistadas **concordam totalmente** que salários iguais para funções equivalentes são um direito fundamental, independentemente da orientação política. Quando somamos aquelas que **concordam em parte**, esse percentual sobe para **94**%.

O apoio é ainda mais expressivo entre as mais jovens (16-24 anos), mulheres pretas, com ensino fundamental ou médio e pertencentes às classes C e D/E. Entre as mães, esse número (concorda totalmente) aumenta para **91,2**%. A maternidade muitas vezes intensifica a percepção das desigualdades no mercado de trabalho.

LICENÇA REMUNERADA PARA SINTOMAS GRAVES DA MENSTRUAÇÃO

O impacto da menstruação na vida das mulheres é uma questão que merece atenção.



60% das mulheres entrevistadas concordam com a licença menstrual.

A licença remunerada para mulheres com sintomas graves associados ao período menstrual tem ganhado espaço em debates recentes e foi avaliada em nossa pesquisa.

60% das mulheres entrevistadas concordam com a licença menstrual, sendo que **44**% apoiam totalmente e **16**% concordam em parte. Entre as mães, **46,3**% concordam totalmente, enquanto entre as não mães esse percentual é de **39.6**%.

Por outro lado, a pesquisa também aponta diferenças de percepção. Entre as mulheres contrárias à ideia, **17**% são mães e **27,4**% não têm filhos, sugerindo que a experiência da maternidade pode influenciar o ponto de vista sobre o tema.

Um dos receios levantados por algumas entrevistadas é de que esse tipo de licença possa gerar discriminação no mercado de trabalho. Essa preocupação lembra as críticas enfrentadas durante a tramitação da lei de licença-maternidade remunerada na Assembleia Constituinte de 1988, que, na época, também encontrou resistência sob argumentos similares.

Curiosamente, uma parte significativa das entrevistadas não tem uma opinião formada sobre o assunto, sendo **24**% das mães e **18,1**% das não mães. Isso ressalta a importância de ampliar o diálogo e fornecer informações sobre como os sintomas graves da menstruação podem afetar a qualidade de vida e a produtividade das mulheres.

ISENÇÃO DE IMPOSTOS EM PRODUTOS DE HIGIENE FEMININA É UM PASSO ESSENCIAL

A isenção de impostos em produtos como absorventes e coletores menstruais também se revelou um tema com amplo apoio.



79% das mulheres concordaram totalmente com a isenção de imposto em produtos de higiene feminina.

79% das entrevistadas concordaram totalmente com essa proposta, o que reforça a crescente consciência sobre a desigualdade de acesso a itens básicos de cuidado pessoal, especialmente para mulheres de baixa renda.

Entre mães, esse apoio foi ainda maior, chegando a **84,8**%. A maternidade parece ampliar a percepção sobre o impacto financeiro desses produtos na vida das mulheres.

PARTICIPAÇÃO DE MULHERES NA POLÍTICA: VOZES QUE PRECISAM SER OUVIDAS

Mais mulheres nos espaços de decisão podem transformar o cenário político nacional.



72% das mulheres concordam plenamente com a ideia de aumentar a representação feminina em cargos políticos.

Percebemos que essa é uma causa estratégica capaz de unir mulheres de diferentes espectros ideológicos. A concordância com a maior participação de mulheres na política é superior a **60**% em todas as categorias de orientação política. A maternidade, nesse contexto, não parece interferir na opinião sobre o tema.

77% das entrevistadas já votaram em uma mulher e 66% se sentem representadas pelas mulheres na política.

Mulheres de direita concordam proporcionalmente mais que as mulheres de esquerda sobre a necessidade de mais mulheres na política.

Uma possível explicação para que mulheres de esquerda concordem proporcionalmente menos é que, para elas, além da representatividade feminina, é importante que sejam mulheres alinhadas a pautas progressistas.

Então, há diferenças importantes nas preferências de eleitoras de direita e de esquerda. Enquanto mulheres progressistas acreditam que o fortalecimento das pautas pró-mulheres depende do grau de consciência política de gênero das candidatas eleitas, essas características não foram igualmente destacadas pelas mulheres de posições mais conservadoras.

IMPORTANTE SABER: COMO ELAS SE INFORMAM SOBRE POLÍTICA

Mulheres de diferentes perfis relacionam-se de maneiras distintas com as notícias políticas.

As mais velhas, evangélicas e de centro-direita tendem a não apenas consumir, mas também compartilhar informações com frequência, atuando como multiplicadoras em suas redes. Já as mais jovens, sem religião e de centro-esquerda, costumam acompanhar o noticiário sem necessariamente compartilhá-lo, demonstrando um consumo mais seletivo. Já a baixa frequência no consumo de notícias se concentra entre mulheres jovens, brancas, de centro-esquerda, das classes A/B.

Para 68% das entrevistadas as redes sociais e os podcasts online estão entre os principais canais para se informar sobre política, número ainda mais expressivo no Nordeste com 77,1%, no Centro-Oeste com 80,4% e, entre as mais jovens (18-24 anos) também com 80,4%. As mulheres evangélicas, 76,3%, e as mulheres pretas, 76,1%, são aquelas que mais se informam sobre política a partir de redes sociais. Sendo o Whatsapp, o Instagram e o Facebook as redes sociais mais usadas. Em segundo lugar, está a televisão, que para 51% está entre os principais canais para se informar sobre política, com destaque para as mulheres mais velhas, com ensino fundamental e das classes D/E, 60,9%.

68% seguem alguma mulher política nas redes sociais.



PONTOS OUE DIVIDEM AS MULHERES

Embora a pesquisa quantitativa tenha revelado diversos pontos de convergência entre as entrevistadas de diferentes correntes políticas, questões como a **descriminalização do aborto**, o **direito de mulheres trans ao uso do banheiro feminino** e a **influência da religião na política** geram divisões mais acentuadas.

Estas diferenças ideológicas refletem fatores geracionais, educacionais e econômicos que moldam as opiniões das participantes e destacam a urgência de **um debate sobre os direitos das mulheres que considere essa pluralidade** de contextos.

OPORTUNIDADES PARA O DIÁLOGO SOBRE A DESCRIMINALIZAÇÃO DO ABORTO

Historicamente, o aborto é um tema que provoca opiniões fortes entre as mulheres, ultrapassando as divisões entre direita e esquerda.

61% das mulheres que se identificaram como progressistas em nossa pesquisa são contrárias à legalização da prática. Entre as conservadoras, esse número é ainda maior, chegando a **82**%. Quando olhamos apenas para as mães nos dois grupos, a rejeição cresce para **85**%.

No entanto, um ponto merece destaque: a maioria das entrevistadas não apoia a prisão de mulheres que realizam abortos fora das situações permitidas pela lei.



72% das mulheres, independentemente da posição política, rejeita a punição com prisão para quem realiza aborto fora das situações legais.

Isso mostra uma realidade complexa: muitas rejeitam a prática, mas também são contra uma resposta punitivista. Esses dados reforçam a importância de comunicar mais e melhor sobre os impactos da criminalização do aborto.

Entender essas nuances pode ser o ponto de partida para construir pontes e ampliar o diálogo, ampliando o debate sobre os direitos reprodutivos, sem gerar rejeição automática de parcelas significativas da sociedade.

CONSTRUINDO PONTES PARA ENTENDER A REALIDADE DAS MULHERES TRANS

O debate sobre mulheres trans e o uso do banheiro feminino desperta opiniões intensas entre mulheres, ultrapassando diferenças políticas. **57%** expressa desconforto com uso do banheiro feminino por mulheres transgênero. Entre as que discordam totalmente do uso do banheiro feminino por mulheres transgênero, estão principalmente as mulheres das classes C e D/E, com ensino fundamental, pretas e pardas, evangélicas e de centro-direita, especialmente da região centro-oeste, com **47%**.

Embora a resistência seja mais forte entre aquelas identificadas com a direita, o tema também gera dúvidas e desconforto entre mulheres de esquerda e centro-esquerda. Mesmo entre as mulheres progressistas, que tradicionalmente apoiam as pautas LGBTQIA+.

Essa resistência sugere que a questão transcende a ideologia e toca em percepções culturais e sociais profundamente arraigadas. Isso destaca a importância de conversar sobre receios, desconstruir mitos e esclarecer informações dos direitos das pessoas trans e da identidade de gênero.

O caminho está em promover uma escuta aberta e inclusiva, respeitando as crenças religiosas e culturais de cada uma para não afastá-las automaticamente do debate e abrir canais de diálogo sobre uma questão complexa.

UM DIÁLOGO OUE PEDE RESPEITO: RELIGIÃO E POLÍTICA

O papel da religião na política é um tema que também provoca opiniões diferentes entre as mulheres.

53% defendem que valores religiosos devem guiar decisões políticas, enquanto **43**% acreditam que não. Mulheres religiosas demonstram maior apoio à influência da religião na política, especialmente evangélicas e católicas praticantes. Já entre mulheres sem religião e católicas menos praticantes, a rejeição a essa ideia é ampla.

Essa diferença reforça como questões relacionadas a valores religiosos influenciam diretamente o diálogo sobre direitos civis e pautas sociais, como aborto, educação sexual e direitos LGBTQIA+.

Esses números sugerem que partidos e candidatos que adotam discursos religiosos podem continuar encontrando ressonância entre o eleitorado feminino. Ao mesmo tempo, evidencia o desafio de construir consensos políticos em temas ligados a costumes e direitos civis, como aborto, educação sexual e direitos LGBTQIA*. Portanto, dialogar sobre crenças religiosas com respeito e abertura é essencial para superar divisões e ampliar consensos na política.

O QUE PREOCUPA AS MULHERES BRASILEIRAS HOJE?

Nossa pesquisa quantitativa revelou quais são as principais questões que mobilizam e preocupam as mulheres no país.

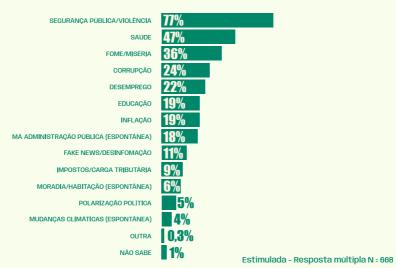


77% das mulheres acreditam que a segurança pública é o tema mais urgente, refletindo uma preocupação profunda com a violência cotidiana.

Logo depois, **47**% **destacam a saúde** como prioridade, apontando para desafios no acesso e na qualidade dos serviços. Por fim, **36**% **mencionam a desigualdade social** como grande motivo de inquietação.

Esses números mostram que o caminho a ser percorrido pelas políticas públicas: garantir segurança, saúde e condições dignas para todas as mulheres brasileiras, independentemente de suas posições políticas.

"NA SUA OPINIÃO, QUAIS SÃO OS 3 (TRÊS) PRINCIPAIS PROBLEMAS DO BRASIL HOJE? EM ORDEM DE IMPORTÂNCIA, ESCOLHA:"



SEGURANÇA PÚBLICA

Como mencionado anteriormente, a **preocupação com segurança pública e violência é um tema que une as mulheres** e aparece como o principal problema apontado pela maioria das mulheres entrevistadas.

A percepção da segurança pública como principal problema do país é especialmente marcante entre mulheres de 35 a 44 anos e aquelas com mais de 60 anos, representando mais de 80% das respostas nessas faixas etárias. Esse padrão também se repete entre as mulheres da classe C, onde mais de 80% identificam a segurança como questão prioritária. Geograficamente, as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste concentram os maiores índices, com mais de 80% das respostas em cada uma dessas áreas. Embora mulheres de centro-direita liderem esse ranking, com expressivos 88,5%, o tema também ressoa fortemente entre aquelas posicionadas à esquerda e à direita, ambas com percentuais próximos a 80%.

SAÚDE

De maneira geral, são as mulheres de 16 a 44 anos, pretas, com baixa escolaridade e identificadas com o espectro político de centro-esquerda que mais destacam a saúde como prioridade absoluta.

Mas o tema está no topo da prioridade nas regiões Centro-Oeste, com **56,9**%, e Nordeste, com **57,5**%, onde as entrevistadas apontam a saúde como o maior problema do Brasil. Essa preocupação também é especialmente forte entre mulheres jovens, com idade entre 16 e 24 anos, representando **52,3**%.

Esses dados indicam que, apesar das diferenças políticas e sociais, a saúde é um tema capaz de mobilizar e unir mulheres brasileiras.

FOME E MISÉRIA

A fome aparece no **centro das preocupações entre as mulheres maduras, pobres e periféricas** do Brasil.

A fome e a miséria aparecem como prioridades máximas para mulheres brasileiras entre 45 e 59 anos, com **40,5**%, especialmente aquelas com ensino fundamental e pertencentes às classes D/E, representando a principal preocupação de **44,8**% delas. Essa preocupação também é mais forte entre as mulheres que se identificam com a centro-esquerda, com **40,6**%.

Esses números mostram uma realidade: mulheres de diferentes contextos, idades e posicionamentos políticos sentem, em graus variados, o peso da pobreza em seu cotidiano.

Isso reforça a importância de políticas públicas construídas com sensibilidade às diferentes experiências das mulheres, levando em conta gênero, classe social, raça e religião. Afinal, só compreendendo essas interseções é possível enfrentar, de maneira concreta e eficaz, a urgência da fome e da pobreza.

outros temas

CORRUPÇÃO EM FOCO

Para as mulheres da região Sudeste, especialmente aquelas com ensino superior e pertencentes às classes A/B e C, a corrupção aparece como um dos temas mais preocupantes, refletindo uma atenção maior às questões políticas. Essa preocupação é ainda mais comum entre mulheres brancas e, em menor medida, entre evangélicas. Já mulheres de outras regiões ou com menor escolaridade costumam priorizar questões mais imediatas e concretas, como saúde, fome e miséria.

ALERTA CONTRA FAKE NEWS

A desinformação, expressa principalmente pelas chamadas "fake news", ganha destaque entre as mulheres da região Sul e entre aquelas com maior escolaridade. Enquanto isso, mulheres em situação de vulnerabilidade permanecem focadas em questões urgentes que afetam diretamente sua sobrevivência e bem-estar.

CONSERVADORISMO E O DIÁLOGO NECESSÁRIO

Mesmo entre mulheres de esquerda, percebe-se uma presença significativa do conservadorismo nos costumes, embora menos intensa do que entre mulheres de direita. Isso mostra que existem valores culturais profundamente enraizados também nos grupos progressistas, o que torna essencial moderar discursos e construir uma abordagem política capaz de conversar com diferentes sensibilidades, garantindo um processo de mudança social inclusivo, e não excludente.

"VOCÊ SE DEFINE COMO UMA PESSOA CONSERVADORA NOS COSTUMES?"



POLÍTICAS PÚBLICAS PRECISAM OUVIR TODAS AS MULHERES

Essas diferentes percepções mostram que políticas públicas eficazes precisam reconhecer a diversidade das experiências femininas. É essencial olhar com atenção para as diferentes realidades das mulheres, criando soluções capazes de enfrentar desde questões como a corrupção e a desinformação, até problemas estruturais, como saúde e seguranca alimentar.

DIVERSIDADE QUE FORTALECE

Essas diferenças nas prioridades e percepções reforçam a importância de criar políticas públicas atentas à diversidade das mulheres brasileiras, garantindo que nenhuma fique para trás.



um olhar aprofundalo sobre as pautas da ualidade

O OUE ESCUTAMOS NA PESOUISA OUALITATIVA

REPRESENTATIVIDADE FEMININA: COMO AMPLIAR O ALCANCE DA MENSAGEM

As entrevistadas, progressistas e conservadoras, concordam que é essencial ter mais mulheres em posições de poder e decisão.

Para entender como tornar esse tema mais atraente e acessível, mostramos um vídeo do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que incentiva a participação feminina na política. O vídeo foi muito bem recebido por ser breve e objetivo, demonstrando que uma comunicação simples e informativa pode aumentar o interesse das mulheres sobre o assunto.

A maioria das entrevistadas, progressistas e conservadoras, criticaram um cartaz de um evento sobre mulheres do Partido Liberal (PL) que mostrava apenas homens. Essa crítica unânime destacou que **representatividade importa, independentemente da posição política**.

> "O cartaz não faz sentido, porque é um evento voltado para mulheres. Os palestrantes são só homens, a gente gosta de ser representadas por mulheres"

Progressista, 37, Porto Alegre, católica

"O cartaz não representa as mulheres, tinha que estar as mulheres de direita, teria que ser a cara delas, ou a nossa cara, cara da mulher brasileira"

Conservadora, 46, Curitiba, evangélica

Por outro lado, um discurso feito por uma parlamentar progressista também gerou desconforto em muitas entrevistadas. **Termos como "discurso biológico" e "mulheridade" foram considerados agressivos e elitizados**, afastando parte das mulheres da mensagem pretendida.

"Eu acho que esse tipo de tom talvez possa afastar um pouco, talvez outra mulher ficaria um pouco em alerta escutando em vez de parar para saber mais e escutar, talvez ficaria um pouco mais assustada pelo tom"

Progressista, 26, Rio de Janeiro, católica

"Nossa, achei uma gritaria, uma coisa poluída, se eu visse uma pessoa dessas fazendo campanha eu não ia votar, muito grito, muita dramatização. A gente quer igualdade, mas ficamos nos diferenciando o tempo todo."

Conservadora, 50. São Paulo, católica



Isso mostra que, para fortalecer a participação feminina na política, não basta defender a inclusão das mulheres: é fundamental que o diálogo aconteça de maneira respeitosa, simples e acolhedora, evitando linguagens que possam gerar exclusão ou resistência.

MATERNIDADE: ENTRE ESCOLHAS. DESAFIOS E EXPECTATIVAS

Mulheres mais jovens, tanto progressistas quanto conservadoras, tendem a reforçar a ideia de que **a maternidade só faz sentido se for uma escolha livre, e não algo imposto**. Para elas, há o desejo de conciliar a decisão de ter filhos com independência financeira e realização profissional.

"A vida é um livre-arbítrio, você não tem que ter filho porque a sociedade pensa que a mulher foi feita só para ter filho, hoje a gente não vive nessa situação. A mulher não é uma fábrica para ficar fazendo criança, e o homem hoje não é só um provedor. A mulher tem que ser independente e saber o que ela busca, inclusive para saber se ela quer ou não construir uma família".

Progressista, 27. Recife, católica

Fazendo um recorte ideológico, sem contar idade, prevalece entre as mulheres progressistas o entendimento de que **ser mãe é uma decisão pessoal**, que deve ser respeitada e protegida de pressões externas. Já entre as mulheres conservadoras, a visão sobre maternidade mescla o reconhecimento da importância do papel materno com uma percepção dos desafios diários enfrentados pelas mães.

"Nós mulheres temos um papel dobrado. Temos que ser uma profissional, além de ser mãe. E quando a gente sai de casa a gente já deixa tudo organizado, as coisas dos filhos, do esposo. Trabalhamos dobrado, ajudando com as contas. Antigamente o homem era provedor, pagava tudo., Mas hoje nós conquistamos nosso espaço, ter nosso salariozinho, o mundo está evoluindo, se não acompanhar as coisas ficam mais dificeis. A gente é mãe, dona de casa, trabalha fora. Eu acredito que tem essas divisões de papéis [...] Nós mulheres, temos que ter uma ocupação, sim. É o prazer de viver, de sentir capaz de fazer algo fora de casa. Eu não queria. Eu gostaria de trabalhar menos e receber mais"

Conservadora, 37. católica, São Luís

Embora muitas valorizem a maternidade, sentem que o discurso atual da chamada "maternidade real", mais comum entre as progressistas, as vezes exagera nas reclamações, transmitindo uma ideia negativa. Ao mesmo tempo, reconhecem que o cotidiano das mães é dificil e que a divisão das responsabilidades no cuidado dos filhos ainda é injusta, pesando muito mais sobre as mulheres. Essas mulheres vivem frequentemente um dilema: desejam independência financeira, mas sentem-se pressionadas pela expectativa cultural de estarem sempre presentes para os filhos.

"Olha, antigamente só se falava coisa boa (da maternidade). Agora só se fala coisa má. Tem que ter um equilíbrio. Tem que falar da coisa boa e da coisa ruim. Tem que falar dos dois. Pacote completo. Agora parece que começou a virar moda falar ruim. Tem que ter equilíbrio"





Essas contradições mostram a importância de um diálogo que respeite a valorização da maternidade, sem idealizá-la nem romantizá-la, para trazer mais mulheres para a construção de políticas públicas que beneficiem todas as mães nos desafios do dia a dia.

ABORTO: SENSIBILIZAÇÃO, PREVENÇÃO E DESAFIOS DO DIÁLOGO

O debate sobre a descriminalização ou legalização do **aborto** é **o mais distante do consenso entre as mulheres**.

Do lado progressista, os argumentos para descriminalizar ou legalizar o aborto destacam tanto a urgência de salvar vidas femininas, especialmente das mulheres mais pobres que recorrem a métodos inseguros, quanto a importância de garantir às mulheres o direito de decidir livremente sobre seus próprios corpos.

Do lado conservador, os argumentos mais comuns sugerem que liberar o aborto estimularia o procedimento de forma irresponsável, especialmente diante da disponibilidade atual de métodos anticoncepcionais. Para algumas entrevistadas, permitir o aborto significaria abrir espaço para comportamentos considerados irresponsáveis por parte das mulheres. Outras enxergam o aborto como um ato violento, prejudicial tanto para a mulher quanto, principalmente, para a vida do feto.

Os pontos de encontro começam a surgir quando se debate a legislação atual, que permite o o aborto em três situações: risco à vida da mulher, gravidez decorrente de estupro ou quando o feto é diagnosticado com anencefalia. Mesmo entre as conservadoras, há apoio à manutenção da legislação atual.

"A gente sabe que a vida começa desde a ovulação. Deus condena, só Deus pode tirar a vida. Mas infelizmente, na Terra, a gente vivendo como ser humano, não tem como apontar o dedo. A lei diz que através do estupro, ou se for caso de saúde, risco de vida. Não tem como a gente estar no lugar da pessoa. Mas se a gente deixar de lado a Biblia, e for pelo direito da mulher, só cabe à ela".

Conservadora, 48, Curitiba, evangélica

"Eu sou contra o aborto, porque a pessoa tem vários jeitos de se cuidar. [...] Se eu fosse atacada e ficasse grávida, seria outro assunto. Como vai ficar minha cabeça, sabendo que vai nascer uma criança de um abuso...Eu poderia passar um pano limpo e amar normalmente, ou poderia...não consigo nem pensar. Acho que de uma relação de um homem com uma mulher, que estão fazendo por querer, eu acho que não deveria abortar. Por um descuido, procurar abortar, é errado, porque tem a pilula e o preservativo. Teve uma amiga minha que fez e quase morreu"

Conservadora, 39, Curitiba, evangélica

Em vez de se posicionarem apenas a favor ou contra a mudança na lei, muitas entrevistadas priorizam medidas que **possam prevenir** a **necessidade do aborto**.

A necessidade de evitar gravidez indesejada, especialmente entre adolescentes, também é um ponto central na discussão para muitas mulheres conservadoras. Algumas compartilham experiências pessoais, revelando o desejo de suas filhas não enfrentarem as mesmas dificuldades que elas viveram ao engravidar na adolescência.

As entrevistadas também **se abrem mais ao debate quando são compartilhadas histórias reais** de mulheres pobres e negras que enfrentam situações desesperadoras. Esse tipo de relato gera identificação, pois muitas entrevistadas lembram de amigas e conhecidas que passaram por experiências semelhantes. A partir dessa conexão emocional, há um reconhecimento de que "cada caso é um caso", e que o julgamento não deve ser automático ou rígido.

"Eu penso comigo, cada situação é uma. É fácil apontar o dedo para quem fez o aborto, porque a gente não sabe o que ela passou. Uma mulher que foi violentada, pelo namorado, esposo, por alguém que ela confiou, e ela, por algum motivo, ela não quer ter a criança, levar a gravidez adiante. Dar para adoção ou abortar? É muito complicado. O conflito que gera na cabeça da mulher. Tem os métodos, a pílula, tem. Teve uma pessoa que me contou e eu não tinha o que falar. No momento só estava ela e os pensamentos, ela comprou a medicação, tomou e aconteceu o aborto, ainda bem que ela não morreu." Conservadora, 46, são Luis, evangélica



Essas descobertas apontam que um caminho para chegar ao cerne mais complexo do debate, é possível entrar pela porta das políticas públicas voltadas à prevenção e pela sensibilização sobre o tema usando casos específicos.

"NÓS PODEMOS": O OUE SIGNIFICA. NA PRÁTICA. EMPODERAR AS MULHERES?

Todas as entrevistadas têm uma **visão positiva do empoderamento feminino** e desejam ser mulheres empoderadas. Para elas, isso significa ser livres, independentes dos homens e capazes de perseguir os próprios objetivos.

Nesse contexto, ter dinheiro e autonomia financeira aparece como algo essencial, já que garante independência em relação a parceiros e familiares. Por isso, elas defendem a importância de que as mulheres tenham renda própria, construam carreiras sólidas e alcancem a autonomia desejada.

"O empoderamento é a mulher lutar por seu objetivo, querer conquistar seu espaço no mercado de trabalho e na vida pessoal. É ser livre sem aceitar julgamentos"

Progressista. 31. São Paulo. católica

"É a mulher ter a possibilidade de escolha. Se ela se sente melhor sair e trabalhar e ter uma profissão, beleza. Se está dentro dela querer ficar em casa, cuidando dos filhos, é uma opção. Não seria algo imposto, mas sim uma liberdade de escolha da mulher fazer o que ela sente"

Conservadora, 35, Goiânia, evangélica

Quando falam de mulheres empoderadas, dois perfis aparecem: a "supermulher" e a "heroína comum". A "supermulher" geralmente é representada por influenciadoras ou celebridades admiradas por sua força, sucesso e independência financeira. Já a "heroína comum" é uma mulher próxima da realidade cotidiana, como uma mãe solteira que cuida dos filhos com dedicação ou uma avó que superou dificuldades enfrentadas na juventude.

Nos dois casos, porém, o empoderamento é frequentemente associado a uma grande carga de responsabilidades, o que pode levar ao estresse e comprometer a saúde mental.

"O empoderamento da mulher não está só no poder, mas no dia-a-dia. É igual eu: sou mãe, estudo, trabalho à noite, estou me formando, correndo atrás. O empoderamento está nisso, no cotidiano, nas pequenas coisas. Lutamos tanto para conseguir, e a gente tem que assumir esse título"

Progressista, 35, Brasilia, sem religião



Essa percepção revela que é necessário ampliar o significado de empoderamento feminino, transformando-o numa conquista coletiva, e não apenas numa batalha individual. Ao estimular o apoio mútuo e fortalecer a solidariedade entre as mulheres, podemos criar um empoderamento mais saudável, sustentável e acessível a todas.

DIREITOS DAS MULHERES: AVANÇOS IMPORTANTES, DESAFIOS URGENTES

Entre as entrevistadas, é consenso que **o Brasil avançou na percepção sobre a violência contra as mulheres**, seja doméstica, psicológica ou sexual. Ainda assim, continuam existindo demandas importantes não atendidas, especialmente na criação de políticas públicas efetivas para proteger e apoiar as mulheres.

Um exemplo disso são as creches: as entrevistadas reconhecem a importância das creches para a socialização das crianças, e o desenvolvimento de bons hábitos, especialmente após os primeiros anos de vida. No entanto, apontam que a estrutura atual é insuficiente e mal distribuída. Além disso, há críticas à prioridade dada às mães solo, principalmente quando não é exigida a comprovação de vínculo empregatício.

Outro desafio urgente é **a sobrecarga enfrentada pelas mulheres para conciliar trabalho e maternidade**. Muitas defendem a redução da jornada de trabalho sem diminuição do salário, alinhando-se à ideia de uma "sociedade do cuidado", onde o bem-estar familiar e a divisão equilibrada das tarefas sejam prioridades tanto do setor público quanto privado.

"É um privilégio cuidar, realmente é maravilhoso cuidar, se a gente puder... mas a gente vive num mundo que não dá para fazer isso. [...] A gente tem que sair para trabalhar. A mãe tem, sim, um papel diferente do pai, ainda que a mãe não tenha leite, mas ainda assim o afeto é diferente. Eu acho que cada um tem seu papel sim, o mundo mudou, a gente tem que se adaptar no que é. Cada um do seu jeito. Mesmo com o mundo de cabeça pra baixo a gente se vira. Mas a gente sabe sim, que o pai tem um papel. Se eu pudesse eu trabalhava em casa, mas eu queria ter o meu dinheiro.

Conservadora, 35, São Luís, católica



Por fim, as entrevistadas destacaram a persistência da desigualdade salarial entre homens e mulheres, um problema histórico que continua presente. Esse cenário reforça a importância de políticas públicas concretas que promovam igualdade real, combatendo injustiças e valorizando as mulheres no mercado profissional.

ENTRE DESCONFORTOS E DIÁLOGO: MULHERES, BANHEIROS FEMININOS E DIREITOS LGBTOIA+

O uso de **banheiros femininos por mulheres trans é um assunto delicado** entre as entrevistadas. Muitas defendem como solução a criação de banheiros específicos para mulheres trans, indicando um maior conforto com a presença delas em espaços públicos amplos do que em ambientes íntimos.

"Olhando pelo lado delas, das trans, eu vejo que é uma luta, elas lutam o tempo todo, querendo conquistar espaço. A questão do banheiro, elas sofrem mais no banheiro masculino do que femininino. Por esse lado concordo. Mas a questão do risco que nós corremos em relação a não ser como elas. O risco que corremos também é grande. É muito delicada essa questão do banheiro. Eu entendo a luta delas, mas é muito perigoso para nós ao permitir o uso, a gente corre o risco".

"Façam um terceiro banheiro. Tem o banheiro do deficiente. Cada um no seu quadrado, eles que lutem por um banheiro a mais, para que se sintam à vontade [...] Posso sentar do lado do banco da praça. Não tenho nada contra. Mas ali não tem constrangimento, porque é um ambiente que é para os dois" Conservadora, 46, Manaus, evangélica

Grande parte das entrevistadas expressa **desconforto ao imaginar dividir um banheiro com uma mulher trans**, embora poucas tenham vivido uma situação concreta. Esse sentimento parece influenciado por percepções abstratas e discursos políticos antitrans, como a fake news sobre banheiros unissex nas escolas, desmentida pelo Governo Federal em 2023.

Outro ponto delicado levantado foi a **tensão entre pautas LGBTQIA-e questões religiosas**. Declarações públicas da comunidade LGBTQIA-sobre religião frequentemente geram incômodo entre mulheres evangélicas, especialmente entre as mais conservadoras, refletindo-se até mesmo na linguagem utilizada. Em momentos de desconforto, é comum que algumas entrevistadas recorram a pronomes masculinos para se referir a mulheres trans, recusando simbolicamente sua identidade feminina.

"É uma situação complicada. A gente como ser humano, tem que se colocar no lugar da trans, e ela no lugar da gente. Nunca conheci uma trans e nem convivi. Quanto perrengue elas passam. Dizem que já nascem assim. Eles já sabiam que iam ter que enfrentar esse tipo de preconceito, teriam que gritar mais alto pelo direito deles. [...] A gente fica constrangida, a criança olha e a gente não sabe como explicar aquilo para criança. Se eles querem tanto ser iguais à mulher, também têm que ter os mesmos deveres. O melhor seria fazer um banheiro só para eles, para ficarem seguros e à vontade" conservadora, 48, curitiba, evangélica

Ainda assim, as entrevistadas demonstraram abertura ao diálogo, destacando que, independentemente das crenças pessoais sobre homossexualidade ou identidade de gênero, é necessário garantir o respeito e a não violência contra essas pessoas. Porém, muitas estabelecem uma separação entre aceitação pública e pessoal, tolerando a convivência cotidiana, mas se incomodando com demonstrações afetivas públicas consideradas "exageradas".



Essa postura revela uma aceitação seletiva e condicionada, indicando que, apesar dos avanços na aceitação geral, questões relacionadas a espaços íntimos e religiosos permanecem especialmente delicadas e complexas para muitas mulheres.

FAMÍLIA E DIVERSIDADE: DIÁLOGO A PARTIR DO AFETO E DO CUIDADO

As palavras que usamos fazem toda a diferença quando falamos sobre família e diversidade. Existe um forte consenso entre as entrevistadas de que a verdadeira base familiar é o amor, o respeito e o cuidado mútuo. Essa visão compartilhada abre espaço para conversas mais inclusivas sobre diferentes formatos familiares, destacando sempre a proteção e o bem-estar de crianças e adolescentes.

"Não tenho nada contra, mas somos da Igreja, a Bíblia fala que não é certo, mas não tenho nada contra, se construiu uma família para cuidar de uma criança, pelo menos a criança tá tendo um lar [...] Pra mim família é onde há amor, uma convivência boa, família é na hora que um estiver no apuro o outro ajudar. Mesmo ali, a família deles ali é assim (homoafetiva), cada um vive do jeito que quiser"

Conservadora, 39, evangélica, Curitiba

Ao mesmo tempo, algumas entrevistadas acreditam que famílias formadas por pessoas LGBTQIA+ podem enfrentar maiores dificuldades, especialmente na inserção social dos filhos adotivos, seja na escola, na comunidade ou em outros espaços sociais. Essa percepção indica que, apesar da abertura inicial para o diálogo, é preciso lidar com dúvidas e preconceitos de forma acolhedora e cuidadosa, respeitando diferentes crenças religiosas e culturais.

"Como evangélica a gente tem esse ensinamento, sou eu, meu esposo e minha família. Não é preconceito, mas é algo que nós adotamos como ensinamento. Tenho amigos que são homossexuais e constituíram família. Não que isso seja errado, preconceituoso, mas no meu ponto de vista, família é mulher, marido e filhos. Como seria a cabeça das crianças no colégio? No meu ponto de vista, a base de tudo é respeito e Deus. Não importa se cria a filha sozinha, se não tem o companheiro do lado. Um companheiro que te agride é pior. A base de tudo é Deus" conservadora, 33, cuiabá, evangélica



Para que as famílias LGBTQIA+ sejam incluídas de verdade na conversa, é preciso falar sobre o tema com grupos resistentes valorizando os pontos comuns e evitando, no início, discursos muito complexos ou distantes da realidade das pessoas. É assim que o debate pode avançar com respeito e sem deixar ninguém para trás.

EQUILIBRANDO DIVERGÊNCIAS: DIÁLOGO PARA A DESPOLARIZAÇÃO

Buscar consensos entre mulheres com visões diferentes é um desafio que exige **esforço**, **paciência e empatia**. Chamamos de **despolarização a possibilidade de promover conversas abertas e respeitosas**, mesmo que ainda existam discordâncias profundas.

Nas entrevistas, algumas mulheres mostraram interesse genuíno em dialogar, enquanto outras se dizem cansadas de debates onde cada lado insiste em ter razão. Para elas, esse tipo de discussão é cansativo e desgastante e não leva a lugar algum.

Além disso, **a forma como os políticos se comunicam influencia diretamente a receptividade das mulheres às suas mensagens.** As entrevistadas valorizam discursos compreensíveis, acolhedores e próximos da realidade delas. Um exemplo positivo foi a fala de uma parlamentar progressista que também é mãe, cuja comunicação calma, simples e afetuosa gerou identificação e elogios. Por outro lado, discursos com termos considerados muito militantes, como "feminicidio político", ou que sejam excessivamente técnicos e formais, tendem a criar resistência e afastar as pessoas da conversa.

"Ela foi bem natural, não foi um discurso programado. Claro que estava indignada, mas falou um discurso sincero, não que tinha preparado. Falou na calma, naturalmente. É isso, falando palavras simples, diretas, não foi agressiva, não começou a gritar e com grito você perde a razão."

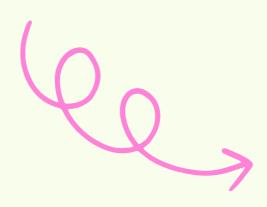
Conservadora, 44, Manaus, evangélica

A aparência e a reputação também contam muito nesse processo de despolarização. Figuras públicas com um visual neutro são mais bem recebidas do que aquelas que têm uma estética vista como agressiva ou exagerada. Mulheres que são vistas como sérias, educadas, sensíveis e respeitáveis, sem uma forte ligação com o ativismo, foram apontadas como as interlocutoras ideais para debater questões femininas de forma neutra. Há uma preferência por mulheres com "trajetória exemplar", que fazem parte de arranjos familiares tradicionais, como esposas e mães.

Percebemos que a despolarização está intimamente ligada à forma como as figuras públicas se comunicam e se apresentam. Além disso, o papel da maternidade é crucial na aceitação de lideranças femininas progressistas por mulheres conservadoras.



Isso indica que construir uma imagem pública mais acessível e próxima ao cotidiano dessas mulheres pode ser uma estratégia eficaz para ampliar o diálogo e reduzir a rejeição.



o aue aprendemos com a pesquisa Mulheres em Diálogo

Mulheres em Diálogo revela um panorama complexo das percepções das mulheres sobre temas políticos e sociais no Brasil.

Nossa pesquisa destaca que, embora existam divergências significativas em temas mais sensíveis, há também uma ampla base de consensos que pode servir como ponto de partida para a construção de pontes entre mulheres de diferentes espectros ideológicos.

Apesar das diferenças políticas, a pesquisa identificou que segurança pública, saúde e independência financeira são temas prioritários para a maioria das mulheres brasileiras. A violência de gênero foi apontada como um problema urgente por mulheres de diferentes posições ideológicas, reforçando a necessidade de políticas públicas eficazes para garantir proteção e justiça para as vítimas.

A igualdade salarial, reconhecida como um direito fundamental, a ampliação do acesso a creches, considerada essencial tanto para o desenvolvimento infantil quanto para a participação feminina no mercado de trabalho, e a isenção de impostos sobre produtos de higiene menstrual, como absorventes, também refletem preocupações comuns entre as mulheres, independentemente de sua posição política. Esses temas podem servir como pontos de partida para um diálogo mais amplo, criando um espaço de debate onde novas pautas possam ser introduzidas gradualmente, de forma acessível e construtiva.

Por outro lado, temas que geram resistência e divisão entre as mulheres, como o aborto, a presença de mulheres trans em banheiros femininos e o papel da religião na política, precisam ser tratados com mais tato se queremos dialogar e avançar juntas na luta por direitos.

A pesquisa também indica que a forma como esses temas são debatidos faz toda a diferença. Termos ativistas e discursos muito técnicos ou distantes da realidade das mulheres tendem a afastar parte do público. Em contrapartida, linguagens mais acessíveis, focadas no afeto, na experiência pessoal e no respeito, aumentam a abertura para a conversa e reduzem as barreiras de comunicação.

Ao fim desta jornada, acreditamos que há um grande potencial para reduzir a polarização e criar pontes de diálogo entre mulheres com visões diferentes.

Para isso, é fundamental dar mais espaço para experiências compartilhadas, destacando desafios que unem mulheres de diferentes perfis e buscando soluções que façam sentido para todas. Além disso, é essencial focar no impacto real das políticas públicas no dia a dia, evitando debates muito teóricos ou carregados de ideologia e termos mais ativistas, que acabam afastando parte das pessoas.

Outro ponto importante é incentivar a escuta ativa e respeitosa, reconhecendo que crenças religiosas e culturais fazem parte da identidade de muitas mulheres, inclusive de uma parcela de mulheres de esquerda, e isso precisa ser considerado no diálogo. Ao investir nesses caminhos, é possível criar um ambiente mais aberto e construtivo, onde as mulheres possam se conectar e encontrar pontos em comum sem precisar abrir mão de suas individualidades.

considerações finais

Embora o caminho traçado neste relatório não seja marcado apenas por consensos-refletindo assim a diversidade das mulheres brasileiras-é inspirador perceber que, na essência, nossas posições políticas convergem em torno da valorização da vida e das oportunidades iguais para as mulheres. A busca por maior representatividade na política, o desejo de independência financeira, a indignação diante da violência contra as mulheres e a consciência sobre a urgência de políticas relacionadas a segurança, creches e saúde destacam que precisamos avançar em medidas concretas que melhorem diretamente nossas vidas.

Apesar das discordâncias, os resultados mostram uma verdade inegável: há muito mais pontos em comum do que se imagina. Segurança, independência financeira, igualdade de oportunidades, desafios da maternidade—o que nos une é forte e significativo.

Para que essas propostas se tornem realidade, é fundamental a participação ativa da sociedade civil organizada, incluindo o engajamento de setores moderados e conservadores comprometidos com a democracia. É essencial garantir que a defesa dos direitos das mulheres seja vista como uma causa comum, sem instrumentalizações políticas ou ideológicas. Queremos um ambiente onde mulheres, independentemente de suas visões políticas ou religiosas, possam contar com o apoio de todas para enfrentar desafios como a violência doméstica, a desigualdade salarial e a discriminação de gênero.

Mulheres em Diálogo prova que é possível criar pontes, mesmo em tempos de divisão. Existe, sim, espaço para estratégias mais inclusivas, que respeitem a pluralidade feminina e tragam mudanças reais para todas. O desafio agora é transformar essas convergências em ação coletiva.

Isso não significa que vamos parar de discutir nossas divergências. Pelo contrário, reconhecer as diferenças é essencial para preservar nossas identidades. Queremos debater nossas discordâncias de forma aberta, mantendo sempre a capacidade de nos olharmos nos olhos e reconhecermos aquilo que nos une.

Por isso, este não é só um relatório. É um convite. Para sentar, escutar, falar. Para construir juntas um Brasil onde todas tenham voz e vez. Porque quando nos dispomos a conversar, percebemos que não somos tão diferentes assim.

Cultivar empatia, respeitar as diferenças e valorizar aquilo que nos conecta é o que pode gerar uma transformação real. E isso não é apenas um discurso vazio, é uma imaginação política, que tem força e pode ser transformadora. Imaginamos, aqui, um futuro mais justo criado pela nossa capacidade de ouvir, acolher e agir. Esperamos que a divulgação e o debate em torno desta pesquisa inspirem outras mulheres a se unirem neste movimento pelos nossos direitos hoje e nas próximas décadas.



futuro con roca olhar lhar diálog onversa con har comum

